



#33

***Maḥmūd ibn al-Ġabbār* — Ponto de partida para hipóteses sobre o Ġarb al- -Andalus no século IX**

Fernando Branco Correia | Universidade de Évora – CIDEHUS | fbc@uevora.pt

Resumo: Durante o século IX o ocidente do *al-Andalus* é uma das regiões onde se declaram focos de rebeldia ao emirado omíada de Córdoba. Em inícios desse século rebenta uma revolta em Mérida — capital da antiga *Lusitania* romana e uma das principais cidades do ocidente ibérico — conduzida, entre outros, pelo “berbere” *Maḥmūd ibn al-Ġabbār*, a partir do ano de 218H (833 A. D.). A publicação, há alguns anos, da edição e da tradução do vol. II-1 do *Muqtabis* de *Ibn Ḥayyān*, permite conhecer melhor alguns contornos desta revolta, dos seus protagonistas e das alianças que irão ter lugar. O périplo dos seguidores de *Maḥmūd* e a geografia dos seus movimentos permite, apesar da escassez de informações, colocar algumas hipóteses sobre os quotidianos deste grupo.

Palavras-chave: Ġarb al-Andalus; *Maḥmūd ibn al-Ġabbār*; Movimento berbere; Século IX.

Resumen: Durante el siglo IX, el oeste de *al-Andalus* fue una de las regiones donde se declaró la rebelión contra el emirato omeya de Córdoba. A principios de este siglo, estalló una revuelta en Mérida — capital de la antigua *Lusitania* romana y una de las principales ciudades del occidente ibérico — liderada, entre otros, por el “berber” *Maḥmūd ibn al-Ġabbār*, desde el año 218H (833 d.C.). La publicación, hace unos años, de la edición y traducción del vol. II-1 del *Muqtabis* de *Ibn Ḥayyān*, nos permite comprender mejor algunos de los contornos de esta revuelta, sus protagonistas y las alianzas que se llevarán a cabo. El recorrido de los seguidores de *Maḥmūd* y la geografía de sus movimientos permite, a pesar de la escasez de información, plantear algunas hipótesis sobre la vida cotidiana de este grupo.

Palabras-clave: Ġarb al-Andalus; *Maḥmūd ibn al-Ġabbār*; Movimento berber; Siglo IX.

Maḥmūd ibn al-Ġabbār al-Māridī foi um dos mais celebrados rebeldes da fase emiral do al-Andalus, concretamente do século IX. As suas andanças por diversas zonas do Ocidente ou Ġarb al-Andalus, fazem deste homem um líder regional ímpar. Embora normalmente se dê grande e justificado destaque a um outro rebelde *māridī*, ‘Abd al-Raḥmān ibn Marwān al-Ġillīqī, esta primeira personagem merece, pelo seu percurso e pelas suas acções num curto espaço de tempo, alguma atenção na análise. Alguns autores já lhe deram a merecida atenção. Foi o caso de Lévi-Provençal (1950-1967, I, p. 209), Manuel Terrón Albarrán (1991, pp. 46-49) e A. H. de Oliveira Marques (1993, pp. 124-125), Harold Livermore (1982, pp. 145-152), além de Christophe Picard (2000, pp. 42, 54 e 279-280) e María Jesús Viguera (2000, p. 23), todos eles tirando partido de informações recolhidas por Aḥmad e por ‘Īsà al-Rāzī.

Ibn Ḥayyān, quando inicia na *Muqtabis II-1* o relato das suas façanhas, diz claramente que se trata de uma “selecção das suas notícias” (Ibn Ḥayyān, 2001, p. 298)¹. Os autores de onde provêm as notícias seleccionadas por Ibn Ḥayyān são os dois mais importantes membros da família al-Rāzī: Aḥmad ibn Muḥammad al-Rāzī e o seu filho ‘Īsà ibn Aḥmad².

Contudo, a edição relativamente recente da parte II-1 do *Muqtabis* de Ibn Ḥayyān lança uma luz mais clara sobre a vida e percurso deste rebelde pelos territórios do Ġarb al-Andalus, “rebelde” de origem berbere (ou, melhor, *amazigh*) e da confederação *maṣmūda*, estreitamente ligado a Mérida, razão por que é conhecido por al-Māridī.

Antes de entrar em detalhes, Ibn Ḥayyān caracterizou a personagem e resumiu os acontecimentos. Tido como “sombrio” e “intratável”, o cronista informa que Maḥmūd, depois de uma atitude de “separação da comunidade” (entenda-se como desobediência ao emir omíada, cabeça da “comunidade dos crentes”), se dirigiu à região da *Ġillīqiyya* e se colocou “sob a protecção dos politeístas” até que morreu entre estes últimos (Ibn Ḥayyān, *Muqtabis II-1*, 2001, p. 298).

Apesar de Ibn Ḥayyān lhe dedicar um tratamento à parte, os acontecimentos que envolvem este rebelde não podem ser compreendidos sem serem relacionados com ocorrências anteriores que têm como ponto álgido sucessos do ano de 211H (826-827 d.C.), já com ‘Abd al-Raḥmān II (822-852) como emir de Córdoba. Nesse ano sai da capital emiral uma campanha contra “los beréberes de Mérida, entrando por Coria”. Nesta “expedição” os berberes, comandados por Lubd ibn Khālid (ou Hālid), destroçaram fortemente o contingente cordovês em Umm Sirgīn (local não identificado, muito provavelmente na área da Kūra de Mérida); as tropas fiéis ao emir sofreram pesadas baixas, entre as quais se encontrava ‘Ubayd Allāh b. ‘Amr al-Ṣūfī e, sobretudo, Marwān al-Ġillīqī um *muwallad* que então era governador de Mérida — pai de um outro rebelde, que se revelará mais tarde, Ibn Marwān al-Ġillīqī.

Em 214H / 829-830 Mérida volta a ser fulcral para o poder central. Diz o mesmo *Muqtabis* que nesse ano o emir ‘Abd al-Raḥmān II se dirigiu para esta cidade, dado que os “moradores se haviam sublevado” depois da morte do referido Marwān al-Ġillīqī. Esta “república” era então dirigida por uma coligação liderada por Maḥmūd ibn ‘Abd al-Ġabbār e por Sulaymān ibn Martin. A inexpugnabilidade de Mérida — fruto certamente da qualidade de conservação da sua muralha mas também da sua posição, a norte do rio Guadiana — impediram que o emir a pudesse tomar; nada mais pode fazer do que destruir os campos em seu redor e arrasar os seus “recursos” (Ibn Ḥayyān, 2001, p. 287). Este cerco adquiriu *dimensão internacional*. De facto, em 828 Luís o Piedoso — filho de Carlos Magno — redigiu uma carta aos habitantes de Mérida (Codera, 1917, pp. 7-8), oferecendo-lhe protecção (Picard, 1983, pp. 77-88). Estava na forja um acordo entre francos e a *república* que existia, de facto, na cidade que fora capital da antiga Lusitânia e que parecia

¹ Neste artigo usa-se, por uma questão de comodidade, o texto da tradução espanhola do *Muqtabis II-1* (2001), há uma edição do texto em árabe, posterior: Ibn Ḥayyān, *Al-sifr al-ṭāni min Kitāb al-Muqtabas li Ibn Ḥayyān al-Qurtubi* (Makkī, Maḥmūd ‘Alī, ed.), Al-Riyad (Riade), Markaz al-Malik Faysal li-Buḥth wa-1-Dirasat al-Islamiyya, 1424 H., [2003 d. C.].

² Aḥmad ibn Muḥammad viveu entre 887 e 955. A vida do seu filho ‘Īsà ibn Aḥmad ibn Muḥammad al-Rāzī escreveu entre 360 e 364 H. (971-975 d.C.).

dar mostras de querer manter-se equidistante do emirado de Córdoba mas também do reino asturiano, governado por Afonso II; este fora capaz de descer até Lisboa alguns anos antes, fazendo sentir o seu poder e as suas ambições.

No ano seguinte — 215 H / 830 d.C. — a pressão sobre Mérida prosseguiu. O emir saiu com “tropas e petrechos” militares (Ibn Ḥayyān, 2001, pp. 287-288), levando a cabo as destruições costumeiras; porém, desta vez, a pressão militar vinda do Sul deve ter sido maior e os revoltosos acabaram por negociar, chegando a um acordo: os revoltosos entregaram reféns ao emir, com a condição de, no ano seguinte, serem substituídos por outros. Sem chegar a tomar a cidade, o emir ‘Abd al-Raḥmān II regressou a Córdoba com reféns, deixando em Mérida um novo governador: Ḥārīt ibn Bazī, designado no mês de *rabi’ I* desse ano de 215 H – 829-830 (Ibn Ḥayyān, 2001, pp. 287-288).

Esta nomeação não conduziu, porém, à pacificação de Mérida e da sua região, havendo novas sublevações em 217 H (Fevereiro de 832 a Janeiro de 833) e em 218 H. No primeiro ano, o assédio foi feito “por turnos” (Ibn Ḥayyān, 2001, p. 288) com duas chefias militares; já em 218, a campanha parece ter sido mais dura, com destruição dos campos em redor, mas com os rebeldes resguardados por uma muralha capaz de sustentar o ímpeto das forças emirais (Ibn Ḥayyān, 2001, p. 289).

Terá sido na sequência desta campanha de 218 H / 833 d.C. que o emir consegue desalojar (Ibn Ḥayyān, 2001, p. 299) os dirigentes da rebeldia sediada em Mérida, Maḥmūd ibn ‘Abd al-Ġabbār e o *muwallad* Sulaymān ibn Martin, líderes regionais que ao serem expulsos de Mérida — na companhia dos seus “filhos e mulheres” (Ibn Ḥayyān, 2001, p. 299) — terão sortes diferentes. Foi, então, entre os anos 218 e 225 H (ou seja, 833 e 840 d.C.) que decorreu a extraordinária *saga* deste líder berbere do *Ġarb al-Andalus*, que o fez passar por territórios de várias latitudes do ocidente *andalusi*.

Maḥmūd e os seus aliados saem de Mérida e refugiam-se em Badajoz, onde então existia uma fortificação (Ibn Ḥayyān, 2001, p. 299). A opção por Badajoz mostra que os berberes fiéis ao rebelde deveriam ter apoios mais para ocidente, que o caminhar para o poente deveria significar uma maior liberdade de movimentos, mas também que os seus homens e os seus animais necessitavam de estar perto de linhas de água.

Este grupo militarizado de rebeldes ao emir, que é ao mesmo tempo uma coligação de berberes e de *muwallad* (Picard, 2000, p. 142), caminha sensivelmente em redor da bacia hidrográfica do referido rio, mas para sul, até uma fortificação que se não deveria encontrar muito longe da linha do Guadiana, provavelmente na sua margem ocidental.

Diz o *Muqtabis* que o emir saiu pessoalmente numa expedição contra Mérida em 220 H, expedição durante a qual penetrou em regiões ocidentais, em relação a Mérida — “hasta acampar frente a Badajoz” — no que parece ser a primeira referência a esta localidade, não deixando de devastar o território “rebelde” (Ibn Ḥayyān, 2001, p. 290). Refere-se Mérida — seguramente para identificar a Kūra, o território —, mas o objectivo militar seria, certamente, a localidade de Badajoz ocupada (e fortificada?) por homens fiéis a Maḥmūd. A dupla Maḥmūd ibn ‘Abd al-Ġabbār e Sulaymān ibn Martin acaba por ter sorte e destinos diferentes; este último, e os seus seguidores, preferiram ir para Leste de Mérida, mas foram interceptados por uma coluna omíada e Sulaymān morreu no ano seguinte, não muito longe dessa cidade (Ibn Ḥayyān, 2001, p. 300, nota 631; Picard, 2000, p. 122).

A morte de Sulaymān ibn Martin, se acabou por favorecer a aproximação de uns em relação ao emir de Córdoba (Ibn Ḥayyān, 2001, p. 300), levou a que o filho do malogrado cavaleiro e muitos dos seus servidores decidissem voltar às fileiras de Maḥmūd, engrossando as suas hostes.

O percurso de fuga e de deambulação de Maḥmūd e dos seus aliados a partir de aí é bastante complexo. Percebe-se que quem relata estes acontecimentos pouco ou nada sabe sobre a região e deve

ter recebido a informação por via oral. Este é um território desconhecido para quem escreve a partir do vale do Guadalquivir; daí perceberem-se, ao ler-se o *Muqtabis*, as incertezas, os possíveis equívocos e a necessidade de, hoje, se colocarem algumas hipóteses.

Como já foi referido, em 218 H, Maḥmūd ibn ‘Abd al-Ġabbār ibn Zāqila al-Māridi com os seus aliados e familiares, de ambos os sexos e diferentes idades, dirigiram-se para sul, aparentemente não muito afastados da linha do Guadiana e da sua barreira natural. Diz o *Muqtabis* que

“cuando advertió la salida del emir ‘Abdarrahmān hacia él con sus ejércitos en la aceifa del año 218h., salió de Mérida y de Badajoz con todo lo suyo, juntamente con su compaiiero y aliado Sulaymān b. Martin, huyendo de ambos lugares con los compaiieros que se les unieron, hijos y mujeres. Con su jefe, Maḥmūd ibn ‘Abdalgabbār iban su hermano ... y la hermana de ambos, la doncella Ġamilah, famosa entre la gente por su gran belleza y gracia y todos fueron parar a la fortaleza de Barrancos, sobre el Guadiana, en el distrito de Addarb, y allí estuvieron cómodamente hasta que tuvieron disensiones en el siguiente año de 219h., separándose Sulaymān de Mahmūd y partiendo con los compaiieros que se le unieron, llevando consigo a su hijo Muhāgīr a la fortaleza de Santa Cruz en la cora de »Ryk.t« donde se estableció, mientras la mayor parte de su gente se quedaba con Maḥmūd, que se los llevó da Badajoz, evacuando Barrancos” (Ibn Ḥayyān, 2001, p. 300).

Para além dos detalhes, fundamentais sobre a capacidade de movimentar grupos numerosos com famílias completas, a referência a uma fortaleza em “Barrancos”, por onde teria passado o rebelde Masmūda, merece uma tentativa de explicação. No texto do manuscrito árabe refere-se *frānksh* — فرانكش — e o distrito de *al-darb*. *Al-Darb*, como os editores do *Muqtabis* referem, pode traduzir-se por “desfiladeiro” (Ibn Ḥayyān, 2001, p. 299, n. 630). Dozy esclarece que, no *al-Andalus*, “on donnait le nom de الدروب aux Ports, c--a-à-d. aux défilés des Pyrénées [...]” acrescentando que também se dava esse nome a “la chaine de montagnes qui s’appelle la Sierra de Guadarrama”, ou a outras cadeias de montanhas, como as que separavam, por vezes, cristãos do Norte dos *andalusīls* (sentido em que al-Maqqari o usa); mas, a mesma palavra podia ser aplicada a “caminhos” de onde deriva, aliás, o vocábulo *adarve* (Dozy, R., 1967, I, pp. 428-429).

É de recordar que povoamento em Barrancos é relativamente recente e que a referida localidade não existia nem durante a fase cristã da Idade Média, ao contrário, isso sim, da fortificação de Noudar, na qual existe ocupação de época islâmica tardia (Rego, 1994, pp. 37-53; Rego, 2004, pp. 69-82). Observando bem o texto árabe e sabendo que é frequente haver equívocos com os pontos diacríticos e com algumas letras semelhantes entre si, seria possível que o topónimo transcrito como فرانكش correspondesse originalmente a شنكناوق, que se leria como *Quankush*.

Caso assim fosse — e os equívocos com pontos diacríticos são frequentes — a explicação poderia ter validação arqueológica. Existe como linha de água, completamente alterada com a recente barragem conhecida pelo nome de Alqueva, que dá pelo nome de ribeira de Cuncos. Trata-se de um afluente do rio Guadiana, implantado na sua margem esquerda que tem servido de fronteira entre os territórios de Espanha e de Portugal e no qual algumas décadas atrás foi detectada uma pequena fortificação; embora implantada num esporão terminal do território espanhol, a esta fortificação estavam associadas lendas que se iam transmitindo na zona de Monsaraz e de que Pires Gonçalves fez eco, a quem cabe o mérito de ter localizado e dado a conhecer esta fortificação (Gonçalves, 1962).

Este local foi recentemente escavado por Fernando Valdés Fernández e, embora se aguardem os resultados finais, o referido arqueólogo confirmou a existência de níveis de ocupação das fases iniciais da época islâmica. Esta proposta de localização concorda completamente com a descrição que consta no *Muqtabis II-1*. E, sendo assim, é de localizar nesta zona do Guadiana a referida região / distrito de *al-Darb*,

tal como é referido na mesma crónica (Ibn Ḥayyān, 2001, p. 300).

Segundo uma passagem do *Muqtabis*, teria sido nesta fortificação que os seguidores de Maḥmūd ibn ‘Abd al-Ġabbār ibn Zāqila al-Māridī e de Sulaymān ibn Martin se separaram; se Maḥmūd ibn ‘Abd al-Ġabbār regressa a Badajoz, Sulaymān ibn Martin, com vários seguidores, entre os quais o seu filho Muhāgīr, estabelece-se na fortaleza — ḥiṣn — de Santa Cruz, na Kūra de *Ryk.t*, evacuando-se a fortaleza onde a coligação de rebeldes se tinha estabelecido (Ibn Ḥayyān, 2001, p. 300).

Maḥmūd e os seus seguidores avançam mais para sul e confrontam-se com tropas pró-omíadas perto de Beja. Segundo as informações disponíveis, as forças dos rebeldes eram bastante inferiores em relação às dos fiéis à dinastia de Córdoba. O confronto deu-se, segundo o *Muqtabis II-1* num vau (provavelmente do Guadiana ou de um seu afluente) de *B.sās*, na zona de *M.ṭ.l*; os editores do *Muqtabis* reconhecem que ambos os topónimos não só não foram identificados, como podem sofrer de erro de transmissão ou deturpação (Ibn Ḥayyān, 2001, p. 300). Pensando numa antecipação das forças de Beja e num ataque levado a cabo por estas para evitar que Maḥmūd entrasse nos ricos *barros de Beja*, poder-se-ia pensar que *B.sās* fosse uma forma corrupta ou irregular de Brinches; caso faltasse um “rā’”, “B.sās” seria uma má transcrição de “*Br.sās*” ou de “*Br.šas*”, o que tornaria possível a equivalência com a zona da aldeia deste nome, localizada na margem esquerda do Guadiana; a equivalência com Brissos não seria impossível. Porém, deve reconhecer-se que não surge qualquer explicação — presentemente — para “*M.ṭ.l*”.

Este topónimo — “*M.ṭ.l*” — sugere a sua equivalência com Mértola — que se deveria transcrever como “*Mrṭ.l*” ou, mais correctamente, “*M.rt.la*”; porém, a mesma crónica refere que, depois da vitória dos homens e mulheres de Maḥmūd, este “continuó su camino, saqueando los llanos de Beja sin que nadie se le opusiera hasta llegar a la cora de Ocsónoba” (Ibn Ḥayyān, 2001, p. 303). Não é impossível que se trate de equívoco ou de uma designação para zona do Guadiana entre Moura — Brinches — Baleizão, designação que se teria perdido; um vau, eventualmente a sul de Serpa, permitiria esclarecer o recurso a “*Mrt.l*”, urbe já bem conhecida no século X, quando se escreve este relato.

Maḥmūd, ao ser pressionado em Badajoz, decide então levar os seguidores mais para sul e conduzi-los em direcção à Kūra de Ocsónoba. A fertilidade da região, aliada à existência de montanhas — as que hoje são conhecidas por Serra do Mú ou do Caldeirão, mas também a Serra de Monchique e a de Espinhaço de Cão — e à distância a que passaria a estar em relação aos seus inimigos, são as razões apontadas por ‘Isā ibn Aḥmad ibn Muḥammad al-Rāzi e recolhidas por Ibn Ḥayyān (Ibn Ḥayyān, 2001, p. 300).

Porém, o objectivo do berbere de Mérida não é fácil de cumprir; entre os terrenos que pisa e o almejado território de Ocsónoba terá de percorrer a Kūra ou circunscrição de Beja, zona onde não faltam fortificações adversas e onde o acolhimento não será fácil. De facto, diz Ibn Ḥayyān que saíram ao seu encontro cerca de 10.000 homens da Kūra de Beja, entre cavaleiros e peões (Ibn Ḥayyān, 2001, p. 300), para impedirem a sua passagem. As tropas arregimentadas em Beja encontram Maḥmūd ibn ‘Abd al-Ġabbār e os seus seguidores numa zona ainda não identificada do território desta cidade; Ibn Ḥayyān refere um vau de “*Bisās*” na região de “*Mf.l*”, locais ainda não localizados, mas perto de Beja e do Guadiana, como adiante se perceberá (Ibn Ḥayyān, 2001, p. 300).

É importante lembrar o que Ibn Ḥayyān transmite acerca da forma como foi avaliado o grupo de seguidores de Maḥmūd ibn ‘Abd al-Ġabbār: os bejenses apressaram-se em os combater, dado o seu “pequeno número”. Porém, a avaliação numérica revelar-se-á fatal; encurralado entre o “mar” e as tropas formadas (mas possivelmente mal treinadas) em Beja, Maḥmūd ibn ‘Abd al-Ġabbār consegue dar provas de uma liderança e chefia militar apreciável. Mas a motivação passava também pela aquisição de valores; a retórica e a capacidade de liderança do dirigente berbere consegue fazer incutir a ideia de que a batalha só poderá trazer uma de duas glórias: a da vitória ou a do “bom nome”; atribuem-se a Maḥmūd palavras semelhantes às que Tāriq teria proferido aos seus homens — também eles maioritariamente berberes —

quando avançou para a península Ibérica em 711 (Ibn Ḥayyān, 2001, p. 301).

Os seguidores de Maḥmūd ibn ‘Abd al-Ġabbār foram avaliados em cerca de 700 cavaleiros; mas, para aparentar uma força maior, o caudilho berbere coloca em prática uma velha tática que as fontes cordobesas nunca deixam de assinalar, como um símbolo de alteridade (Ibn Ḥayyān, 2001, p. 301, n. 636), como algo que fosse completamente impensável por parte das forças oficiais: utilizar mulheres no campo de batalha. Para isso, ordenou às mulheres que o acompanhavam que soltassem o cabelo e que montassem as azêmolas, com as armas ainda disponíveis e que se mantivessem numa posição lateral, com um estandarte, para dar às tropas de Beja a ilusão de que se tratava de tropas de reserva. A participação de mulheres em combates não era comum, mas este não é caso único (Marín, 2000, pp. 526-528, 703-705; Viguera, 2001, pp. 832, 840; Manzano, 2006, p. 172).

A descrição transmitida por Ibn Ḥayyān desta batalha é deveras pormenorizada e elogiosa para a capacidade de comando e liderança de Maḥmūd. Mas, mais do que isso, dá mostras de um pensamento tático avançado e sofisticado: os seus homens avançaram em linha e, a determinado momento, ele arrancou para a frente de combate com 1/7 dos seus cavaleiros — não se referem peões —, mas introduzindo-se nas fileiras inimigas só com metade destes; a outra metade ficou a dar apoio, pronta a intervir mais activamente quando fosse solicitada. Maḥmūd dominava, claramente, táticas de combate a cavalo — como já antes se reconhecia aos berberes —, e a luta não é deixada ao acaso ou aos simples ímpetos do coração.

Empunharam-se espadas e lanças, segundo a mesma crónica. E quando os homens mais directamente ligados a Maḥmūd começam a dar mostras de cansaço, entraram em acção os que estavam na expectativa e, ao recuarem, entraram na liça os restantes 600 cavaleiros, entre os quais se contava Muhāġir ibn Sulaymān, o filho do falecido Sulaymān ibn Martin. O facto de Maḥmūd ter sabido manter fresca uma grande parte do seu exército, não consumindo de imediato todas as suas tropas, permitiu-lhe derrotar as milícias arregimentadas em Beja, apesar da clara inferioridade numérica das suas gentes. E o papel das mulheres foi igualmente activo; quando as tropas combatiam o aparecimento daquelas, comandadas pela celebrada Ġamīla, irmã de Maḥmūd, inquietou as tropas e Beja, pondo-as em fuga e dando origem a uma perseguição, levada a cabo pelos homens de Maḥmūd até ao sítio identificado como Riba Awta (Ibn Ḥayyān, 2001, p. 298); trata-se, possivelmente, de um sítio posicionado em altura (Awta como transcrição de “Alta”?) mas não refere a existência de muros, embora se saiba que as habitações podem ser colocadas intencionalmente por forma a criar obstáculo a qualquer eventual ocupante.

Este encontro militar único com as tropas de Beja irá ter para Maḥmūd e para os seus homens consequências imediatas e a médio prazo. Maḥmūd consegue equipar-se com as armas deixadas pelos vencidos — as comuns “espadas e lanças” (Soler, 1990, pp. 171-187) — e, além disso, a quantidade de montadas deixadas no campo de batalha foi tal que os seus homens seleccionaram cuidadosamente os que podiam levar consigo, examinando as dentições dos equídeos, optando pelos melhores e mais jovens.

Se o percurso militar e político de Maḥmūd ibn ‘Abd al-Ġabbār al-Māridī foi registado, a actuação de Ġamīla, essa, não foi esquecida; conta Ibn Ḥayyān que nas bodas celebradas no Ġarb *al-Andalus* as suas façanhas foram lembradas durante muito tempo; a transmissão oral tinha grande importância também no *al-Andalus* (Marín, 1997, p. 53; Ramírez, 2002, p. 209).

O mesmo texto dá informações difusas mas que vale a pena não ignorar. Diz-se que Maḥmūd, ao pôr em fuga os bejenses vencidos, perseguiu alguns até à aldeia de *Riba Awṭa*, aldeia localizada nessa mesma região. Por outro lado, a batalha em si, celebrada e lembrada durante muito tempo nas reuniões propiciadas pelas bodas que se realizaram na região, era conhecida como “batalla de *Ubada Bitrúsa* (Ibn Ḥayyān, 2001, p. 302). Os editores do texto não encontram explicação para os referidos topónimos e, aparentemente, não

se têm publicado trabalhos sobre esta matéria.

É de colocar, porém, algumas hipóteses. Em termos de localização, *Ubada Bitrūsa* deverá estar perto de uma linha de água a Norte de Beja, enquanto *Riba Awṭa*, como local para onde fugiram os bejenses, pode estar perto de Beja mas também em outro ponto, certamente com cota alta, numa outra direcção, eventualmente aquela que se pensasse ser mais penosa e menos favorável para os desígnios de Maḥmūd, por forma a demovê-lo rapidamente da perseguição.

Em termos do território em questão pode haver uma explicação. A alguns quilómetros a norte de Brinches e na margem direita do Guadiana encontra-se a localidade de Pedrógão, não muito longe de Vera Cruz. Pedrógão do Alentejo encontra-se implantado numa zona pedregosa, como o seu nome sugere e muito perto de zonas favoráveis para o atravessamento do Guadiana em determinados momentos do ano. A ocupação é antiga, não faltando vestígios do período romano. Na própria localidade de Pedrógão encontra-se, para além da igreja, uma outra construção de culto cristão mas em forma de *qubba* (Borges, 1985, pp. 198-203); sem querer atribuir automaticamente esta construção a uma fase pré-portuguesa, não é impossível que a Pedrógão da actualidade possa eventualmente coincidir com a localidade de *Ubada Bitrūsa* referida por Ibn Hayyān (Caetano, 1994, pp. 170-171); *Ubada Bitrūsa* é, para os editores do *Muqtabis II-1*, semelhante ao topónimo Úbeda — *Ubada* — onde se reflecte uma forma de transcrever em arábico a palavra ópido; ou seja, é uma transcrição do que seria *oppidum pétrōsum* (Ibn Ḥayyān, 2001, p. 302, n. 639).

Já referida aldeia (*qarya*) de fuga — *Riba Awṭa* — poderia localizar-se em muitos pontos sobranceiros ao Guadiana — embora talvez não muitos em pontos de grande altitude capazes de albergar uma grande aldeia. Porém, montados a cavalo como estavam os fugitivos do exército de Beja, podem ter-se dirigido para um outro ponto alto, numa direcção menos óbvia para o perseguidor Maḥmūd ibn ‘Abd al-Ġabbār; a actual aldeia de S. Bartolomeu do Outeiro, a ocidente de Portel, poderia cumprir com esse desígnio. Curiosamente, a área envolvente de S. Bartolomeu do Outeiro tem ocupação romana e posterior, sobretudo no sítio sintomaticamente conhecido como “Mosteiros”; trata-se de local em estudo por Maria João Ângelo, onde há ocupação do período visigótico, mas não estranharia que a ocupação se prolongasse no tempo, com comunidades cristãs, de *djimmis* ou “moçárabes”, potenciais aliados de Maḥmūd. S. Bartolomeu pertenceu ao concelho de Oriola até às reformas liberais do século XIX e era conhecida como Outeiro de Oriola ou Oriola de Cima; o que é curioso, embora possa nada ter a ver com a questão, é que o topónimo Oriola pode derivar de Uryūlā (أريولَة) ou Üryūlā (أوريولَة), palavra que está também na origem do nome do município valenciano de Orihuela e Oriola no *Sharq al-Andalus*, segundo Yaqut. A aldeia do Outeiro tem a vantagem de poder explicar a componente *Awṭa* do topónimo “*Riba Awṭa*”; a componente “*Riba*”, por seu lado, sugere uma colocação mais próxima de uma linha de água.

A arabização da região a norte de Beja pode ser mais intensa do que se pensa. Para isso contribui igualmente a localidade de Portel que, em alguns dos primeiros documentos medievais portugueses, no século XIII, é identificada como *Portel Mafamede*.

Esta circunstância não é prova de que estes acontecimentos tenham passado por esta zona específica do actual “Antre Tejo e Odiana”; a transformação do nome arábico do berbere Maḥmūd em *Mafamede* não é difícil sob o ponto de vista linguístico. Por outro lado, seria suficiente uma campanha de perseguição para que o nome de Maḥmūd ficasse colado à futura Portel? Mas, essa memória não estaria ela também ligada à existência na região de uma colaboração estreita — discreta, quiçá — entre Maḥmūd e importantes grupos sociais da região — cristãos, por exemplo —, também eles descontentes com os emires omíadas?

De qualquer das formas, Maḥmūd avança para Sul de *Bāġa*, atravessando sem dificuldades de maior monta a região actualmente conhecida como Baixo Alentejo (Ibn Hayyān, 2001, p. 303), antes de atingir as serranias que separam esta zona da *kūra* de *Ukšūnuba*, no actual Algarve. Qual a zona escolhida para que se

viesses a estabelecer? Segundo o Muqtabis 11-1, Maḥmūd ibn ‘Abd al-Ġabbār estabeleceu-se em *m.nt shāq*. Os próprios editores do texto identificam este *m.nt sāq* com a actual localidade de Monchique e relembram a componente sagrada do nome. Sobre esta localidade e território já se conheciam alguns dados respeitantes a fases do domínio islâmico (Picard, 1997, pp. 435-436), mas esta fonte aporta novos elementos.

Porém, ainda antes de se estabelecer na serra de Monchique, Maḥmūd ibn ‘Abd al-Ġabbār “revolveu” a *kūra* de *Ukšūnuba*, eliminando gentes leais ao emir e assenhoreando-se de terras. Esta circunscrição do Sudoeste do al-Andalus deveria encontrar-se, então, numa situação de relativa paz que permitiria o pagamento dos impostos necessários aos cofres emirais; a acção de Maḥmūd criou desequilíbrios que obrigam o emir a reagir e a enviar tropas. Que tropas são essas? Ibn Ḥayyān refere que foram enviadas “milícias” e “*al-qā'id / s*”. Pode ter começado por instigar as tropas leais estacionadas na região e, mais tarde, fruto da ineficácia das primeiras, teria enviado tropas de Córdova comandadas por um dos seus *qā'id/s*. O que parece claro é que esta *kūra* de *Ukšūnuba* deve ter passado por uma fase de grande agitação e que as tropas leais aos omíadas não eram suficientes ou suficientemente fortes na região.

Diz-se desta montanha de Monchique — onde não se refere uma aldeia, uma cidade ou sequer uma fortificação — que era “inacessível”, estava perto do mar e que aí ficaram os rebeldes muito tempo, não se referindo exactamente quanto (Ibn Ḥayyān, 1997, p. 303). Mas não diz se esta aproximação ao sul e aos portos meridionais do Ġarb tinha como objectivo eventuais contactos com o Norte de África e com berberes que então aí se auto-governavam, como os Barghawata.

A região da serra de Monchique poderia fornecer a quem aí se estabelecesse algumas vantagens. Longe de Córdova, rodeada de terras com uma apetência agrícola e frutícola semelhante a zonas litorais do norte de África, essa serra fornecia alimento para os seus gados, dispunha de uma riqueza em água difícil de encontrar em outras regiões a sul do Tejo e não estava longe da ribeira do Arade, onde a navegação sempre teve condições para se realizar, como se constatará pouco tempo depois (Picard, 1997, p. 66).

Porém, em termos defensivos e tácticos, a serra de Monchique tem não menos qualidades. Do alto dos seus cumes, que hoje se podem comprovar facilmente na zona da Fóia, controla-se o litoral, sendo possível antecipar a entrada de navios na ribeira do Arade e, na parte na ocidental desta serra, o acesso à ribeira de Aljezur é muito fácil. Por outro lado, a mesma serra permite visualizar grandes extensões para Norte, para a zona a que vulgarmente se chama, nos nossos dias, o Baixo Alentejo; seria facilmente percebida qualquer aproximação militar que se fizesse de Norte para Sul, ou seja, quaisquer avanços de tropas que quisessem tomar Monchique, a partir das zonas onde se encontram hoje as localidades de Ourique, Cola, Odemira, Sabóia ou Santa Clara, seriam facilmente detectados com antecipação.

Mas é possível detectar locais especialmente propícios à defesa e controle do território. É o que se passa com Alferce, local onde ainda se conservam restos de uma fortificação que foi arqueologicamente intervencionada há alguns anos (Grangé, 2005, pp. 94-142), onde se encontraram unidades estratigráficas que podem ir até ao século IX e onde se prevê, para breve, um novo projecto de intervenção arqueológica; não muito longe, no Cerro do Castelo da Nave, M. Grangé detectou o que parecem ser vestígios de uma torre quadrangular (Grangé, 2005, p. 148). Para além dos resultados arqueológicos interessantes que se têm retirado da escavação em si, uma coisa ressalta imediatamente e que foi notado aquando da primeira deslocação ao local ainda na década de oitenta: de Alferce e das suas imediações é possível, em simultâneo, mirar e controlar os territórios do Baixo Alentejo, as terras de Odemira e Sabóia e, em simultâneo, observar, ao longe, a cidade de Silves. Desde Alferce controlam-se ambas as faldas da serra de Monchique, o que torna este local desperdiçável para quem quisesse permanecer na zona de Monchique sem ser incomodado e capaz de antecipar os movimentos dos seus adversários, os quais poderiam surgir do Norte ou do Sul, por terra, mas também do vale do Guadalquivir, subindo pelo rio Arade, onde Silves estaria ainda em fase de

afirmação. Alferce não seria, possivelmente, o único local ocupado por seguidores deste rebelde, podendo haver uma das várias fortificações e pontos de vigia que, formando linhas de controle com vários pólos, constituísse um rede que controlasse a região, vigiasse estradas naturais terrestres mas também o Arade e a linha de costa sul e ocidental; a costa meridional tinha portos naturais que permitiriam comunicar com o norte de África, embora também por aí pudessem surgir ameaças — e elas surgirão, inesperadamente, em 844, com os vikings.

Embora seja um detalhe, convém recordar que o topónimo Alferce denota origem árabe. A raiz tríltera “F-R-S” está por detrás de uma família de palavras ligadas à existência ou ao uso de “cavalo”, como o atestam alguns dicionários de referência como, por exemplo, os de A Kazimirski (1860, II, pp. 568-569) e de F. Corriente (1997, {FRS}, p. 394.); relembre-se que o vocábulo “alferes” significa, pela sua etimologia, “cavaleiro” (al-fāris). Apesar de Maḥmūd e as suas gentes terem feito um uso intensivo destes animais nas suas deslocações, não há provas de que o referido topónimo tenha a ver com esta época específica.

Em 220 H (Janeiro a Dezembro de 835) o emir ‘Abd al-Raḥmān II levou a cabo uma *mega operação* militar contra o *Garb*. Esta campanha parece ter-se iniciado por Toledo, arqueando depois para Ocidente, para várias *kūra/s* do Ġarb onde grassava a rebeldia (Ibn Ḥayyān, 2001, p. 303); os seus homens pisaram muitos territórios ocidentais tendo por objectivo chegar à *kūra* de *Ukšūnuba* onde, então, se encontravam Maḥmūd e os seus seguidores. Mas, a expedição foi mal preparada. Terminam as provisões e o próprio emir hesita; a falta de vigor e de liderança transmite-se a todo um exército, incapaz, depois, de ter forças para conseguir atingir os objectivos antes traçados, o que originou poemas sarcásticos (Ibn Ḥayyān, 2001, p. 303, §2.). Em resultado dessa incapacidade, Maḥmūd ibn ‘Abd al-Ġabbār, um *Remexido* do século IX, manteve-se alguns anos na zona da serra “algarvia”, tendo conseguido fazer frente aos generais ou *qā'id/s* Ḥātiṭ ibn Bazī, ‘Āmr ibn Kulayb (filho do conhecido Kulayb ibn Ṭa'laba) e ao *arif* — um posto militar inferior a *qā'id* — ‘Āmr al-Ġarīb (o apodo Ġarīb é indício de que poderia de origem não *andalusii*).

Mas a pressão militar omíada, apesar de alguns fracassos, não cessa, começava a ser constante, e o rebelde berbere emeritense não obtém nesta região o que pretende. Estas circunstâncias contribuem para que Maḥmūd ibn ‘Abd al-Ġabbār ibn Zāqila al-Māridī tivesse resolvido estabelecer-se no norte ocidental da península, depois de ter havido contactos com o rei das Astúrias, Afonso II, o Casto. Esses contactos com os asturianos poder-se-iam ter iniciado ainda em tempos da sua estadia no vale do Guadiana, onde as relações com os territórios mais setentrionais da Península Ibérica eram mais fáceis; o próprio facto de o rebelde ser proveniente de Mérida, uma cidade que controlava a via para Coria, para a serra de Gata e para o território controlado pelo rei das Astúrias promoveria esses canais de comunicação e de diálogo eventualmente ainda antes da sua saída abrupta de *Mārida*.

Sabe-se, sim, que Maḥmūd abandonou a serra do sul e se dirigiu para norte. E o Muqtabis informa igualmente que é atacado algures no território de Lisboa. Pela geografia da região, é provável que o encontro se tenha dado ou a sul do Tejo ou em alguma zona onde o rebelde o pretendesse atravessar, mas essa informação não ficou registada.

Apesar da disparidade em número das forças em confronto — cerca de mil cavaleiros do lado das forças de Ibn al-Muḡaynīn de Lisboa e os cerca de cem de Maḥmūd ibn ‘Abd al-Ġabbār, ou seja, uma relação de 10 para 1 — mesmo assim os homens do berbere levaram a melhor, ferindo o próprio *al-rā'is* Ibn al-Muḡaynīn al-Masmūdi. O cronista não evita a admiração pela capacidade do rebelde (Ibn Ḥayyān, 2001, p. 304).

Entre Lisboa e o território controlado pelo rei cristão, Maḥmūd ibn ‘Abd al-Ġabbār ibn Zāqila al-Māridī parece não ter sido incomodado e nada no texto *hayyānico* sugere a utilização de embarcações para chegar a território da *Ġilliqiyya*. Mas, essa mesma narrativa com origem nas descrições dos dois al-

Rāzī revela algumas estranhas ausências. É possível compreender que nada se diga sobre Évora, Alcácer ou Santarém, núcleos urbanos de escassa importância durante a primeira metade do século IX, mas a mudez sobre Coimbra, cidade próxima de uma zona de fronteira (*taġr*, por vezes *thaġr*) e a sua região é estranha, dada a importância estratégica incontornável do vale do Mondego neste contexto. É de crer que poucas informações chegavam a Córdova de uma zona que nominalmente foi parte do *al-Andalus* até à sua submissão a Hermenegildo Guterres, em 878.

Maḥmūd ibn ‘Abd al-Ġabbār parece ter sido recebido em terras controladas pelo rei das Astúrias com um acolhimento muito favorável; os asturianos passavam a ter como seu aliado um adversário dos omíadas e conhecedor profundo da realidade do Garb *al-Andalus*. Por outro lado, ao ser colocado em zona meridional dos domínios do reino das Astúrias relativamente ao sul islamizado, Maḥmūd ibn ‘Abd al-Ġabbār desempenhava — acreditavam os asturianos — uma função de tampão, capaz de criar condições não só para que fosse mais difícil às tropas *andalusis* avançar para Norte bem como, igualmente, criar condições para que o próprio reino cristão pudesse organizar-se sem dificuldade e assim poder, de forma consolidada, avançar sobre o Sul.

Diz o *Muqtabis* que estes homens do sul foram colocados “como protección de sus súbditos y barrera de su tierra” (Ibn Ḥayyān, 2001, p. 305.), mas também refere que entre os asturianos e Maḥmūd as relações durante esses anos não foram fáceis. O texto de Aḥmad al-Rāzī’ informa que estava “umas vezes com eles e outras vezes contra” (Ibn Hayyān, 2001, p. 302).

Mas foi colocado onde? Diz o mesmo Ibn Ḥayyān que Maḥmūd ibn ‘Abd al-Ġabbār foi instalado “en la fortaleza que hoy lleva su nombre, en la frontera, cerca del llano que da al territorio musulmán” (Ibn Ḥayyān, 2001, p. 305.). Esta informação contém, pois, três elementos que convém esclarecer. Por um lado, a fortificação principal ocupada era, mais de um século depois da morte de Maḥmūd, ainda conhecida pelo seu nome; por outro, o local da sua implantação era considerado, no segundo quartel do século IX, zona de fronteira com o sul islâmico; por último, a sua fortificação principal — não a única, dado que o mesmo Ḥayyān refere que Maḥmūd foi um fator de desenvolvimento, “prosperando el entorno y haciéndose fortalezas y aldeas en los alrededores” (Ibn Hayyān, 2001, p. 305) — não se encontrava na zona do interior do território, dado que o *Muqtabis* é claro quanto à sua localização próxima de uma zona plana por onde se tinha acesso ao território sob administração *andalusi*.

Os dados fornecidos por Ibn Ḥayyān reforçam, de facto, a ideia de que se trata da zona imediatamente a sul do rio Douro, dado esta reunir as várias condições enunciadas. Por um lado, a referida zona plana pode corresponder à faixa litoral que liga as margens do Douro com as do Mondego, faixa por onde corria a velha estrada romana que passa pelo vale do Vouga, possivelmente em *Cabeça do Vouga*, junto à actual vila de Águeda, e sem dificuldade atinge a cidade de Coimbra. Esta era, nesse momento, uma espessa zona de *tagr* ou fronteira que confrontava a sul com *Qulumriyya*, a mais importante cidade do Mondego já nessa centúria, cidade então obediente a Córdova e cujas forças não teriam impedido a progressão de Maḥmūd para Norte. Deixando para último o que parece mais conhecido, este texto de Ibn Ḥayyān confirma os dados que apontavam para o facto de o topónimo gaiense Mafamude derivar deste Maḥmūd ibn ‘Abd al-Ġabbār ibn Zāqila al-Māridī (Ibn Hayyān, 2001, p. 305, n. 647; Lévi-Provençal, 1950-1967, I, pp. 208-210; Serra, 1967, pp. 46-49; Terés, 1990, p. 168; Velho, 1981, p. 272) e de se poder atribuir a este dirigente emeritense o conhecido *castro Mafamuti*, implantado em cota alta e de onde se controla a margem norte do rio Douro, citado em documentação cristã (Vasconcelos, 1938, p. 30; Ferreira, 2004, pp. 97-98) como o *Livro Preto* (em documento de 944) e os *P. M. H. (P.M.H., Diplomata et Chartae*, doc. LIV, p. 31).

Há, de facto, claros indícios de *incastellamento* (Barroca, 1990-1991, pp. 89-136; Barroca, 2004, pp.

181-203; Marazzi, 1995, pp. 187-198) no século IX no território a sul do Douro; Mafamude poderia ter sido um desses locais, embora haja outras hipóteses, nos concelhos de Resende (Mafamudes e Moumis) e Santa Marta de Penaguião (Mafomedes) (Ferreira, 2004, p. 98; Barroca, 2017, p. 37). O texto de Ibn Ḥayyān refere a edificação de “fortalezas y aldeias nos seus arredores” mas não fica claro de que forma se articulariam umas com outras e se se pode aplicar a esta região o que se detectou no Levante do *al-Andalus* e que está na origem do modelo “*ḥiṣn* e *qarya*”, um sistema de povoamento e controle sobre o território que cria uma íntima relação entre um núcleo rural e uma fortificação próxima. Pode, por outro lado, ter-se assistido à introdução de elementos e tradições culturais alógenas, trazidas por aliados de Maḥmūd. Porém, não é possível saber de momento se esta presença de gente do sul terá contribuído para a presença de herança genética com relações norte-africanas que parece existir nesta região (Pereira e Ribeiro, 2009; Adams, 2008, pp. 725-736).

De acordo com Ibn Ḥayyān, Maḥmūd ibn ‘Abd al-Ġabbār começou a sentir-se desconfortável na região duriense e teria entrado em contacto, secretamente, com o emir de Córdova, pedindo-lhe o *amān*. Porém, estes contactos secretos teriam sido denunciados ao Casto (Ibn Ḥayyān, 2001, p. 305). Este último teria decidido convocar o seu “vassalo” Maḥmūd para o pôr à prova, mas também com a intenção de o recolocar geograficamente, limitando a sua liberdade de movimentos (Ibn Ḥayyān, 2001, pp. 305-306), provocando-o ao propor-lhe a conversão ao cristianismo (um *topos*?).

Maḥmūd ibn ‘Abd al-Ġabbār finge; Maḥmūd dissimula as suas intenções e “aparentó estar enfermo, fingindo um mal que le impedía moverse” (Ibn Ḥayyān, 2001, p. 306) — um exemplo da prática da *taqiyya*, de dissimulação (Stothmann, pp. 134a-135). Esta atitude precipita os acontecimentos e abre as portas ao confronto armado, levando ao inevitável choque entre os homens de Afonso II e os seguidores de Maḥmūd.

Maḥmūd ibn ‘Abd al-Ġabbār ibn Zāqila al-Māridī morre no ano de 225 H (Novembro de 839 a Outubro de 840) e Ibn Ḥayyān dá uma visão dramática e intensa dos seus últimos momentos (Ibn Ḥayyān, 2001, pp. 306-307). Alguns dos seguidores de Maḥmūd foram mortos na refrega, enquanto outros foram capturados. Entre os capturados há uma menção especial à sua família, dentro da qual se destaca claramente a sua irmã, a “bela” Ġamīla que despertava paixões fortes. Diz-se que Ġamīla bint ‘Abd al-Ġabbār ibn Zāqila al-Māridī, irmã de Maḥmūd, foi disputada por vários nobres cristãos; tal devia-se, transmite Ibn Ḥayyān, “pela ascendência [prestigiada], beleza e valor que em si reunia”; ou seja, a sua ascendência, apesar de berbere, não diminuía em nada o interesse por uma mulher que reunia em si várias qualidades e, muito possivelmente, muita riqueza. Teria casado a “bela e bem proporcionada” (Ibn Ḥayyān, 2001, p. 306) Ġamīla com um dos nobres que a pretendia; com o matrimónio ter-se-ia dado a sua conversão ao cristianismo e de entre os vários filhos que gerou, ao longo de uma vida longa, um deles teria sido “*arzobispo de la catedral de Santiago, e ilustrísimo entre los cristianos de su época*” (Ibn Ḥayyān, 2001, p. 306).

Ninguém teve o privilégio de dar morte a Maḥmūd; o relato transmitido por Ibn Ḥayyān afirma que foi uma queda do cavalo que o derrubou e não o poder de nenhum outro homem, o que deu mais peso ao mito que em redor daquele homem se vai criar.

Um importante contingente dos antigos seguidores de Maḥmūd ibn ‘Abd al-Ġabbār decide deslocar-se para Coria. É o que se passa com Muhāġir *filho de Sulaymān ibn Martín* que, “com um pequeno grupo de cavaleiros” para aí se dirigiu e aí se fixou. Ibn Ḥayyān justifica esta escolha: em Coria havia cristãos, árabes da primeira vaga (*baladiyyūn*) e berberes de várias tribos; mas, eventualmente, não faltariam muitos *māridiyyūn*, grupos provenientes de uma Mérida descontentes onde a instabilidade não parava. O que Ibn Ḥayyān refere acerca da recepção feita pelas gentes da cidade a Muhāġir ibn Sulaymān é deveras interessante; diz que “cuando llegó Muhāġir y se les ofreció, invintándolos a ponerse a su lado, accedieron a sometersele, y se quedó entre ellos” (Ibn Ḥayyān, 2001, p. 307).

Antigos seguidores de Maḥmūd encontraram refúgio em Coria, sob a liderança de um dos seus

seguidores, Muhāġir ibn Sulaymān ibn Martin. Esta cidade, que ainda em meados no século VII era sede episcopal, reunia condições que outras dificilmente lhe poderiam dar: próxima da sua *Mārida* natal e a ela ligada por um importante eixo viário, com Mérida mas também, pela “via Caurium”, com Braga, passando por Cárquere (Marques, 1977, I, p. 19); implantada sobre a margem norte do Alagón — a norte de um rio, tal como Mérida —, desta cidade facilmente se poderia atingir o Norte cristão, mas daqui também se poderia negociar um eventual regresso ao vale do Guadiana, intervir em outros pontos do Ġarb e até ter acesso a uma Toledo frequentemente revoltada e eventualmente aliada na luta contra as pressões fiscais de Córdova. Além disso, Coria tinha um perímetro amuralhado sólido, herdado do período romano — da antiga *Civitas Cauriensis*, que ainda hoje exhibe — com torres quadrangulares graníticas à semelhança de Mérida, perímetro que certamente não foi negligenciado e onde um rebelde, com experiência como a sua, poderia resistir, prosperar e conseguir negociar, caso fosse assediado.

Aceitar governar Coria significava também saber que esta cidade ficaria entalada entre asturianos e omíadas que já controlam o acesso a territórios a norte do Guadiana. Coria não é simplesmente uma cidade de *Fronteira*, como ela se entende hoje; é uma cidade onde algumas elites regionais pretendem manter-se autónomas em relação às pressões de Córdova e resistir aos avanços dos agentes do reino das Astúrias; de facto, poucos anos depois, terá lugar, em 854, a presúria de Tui por Afonso Betotes e a presúria de Portucale, em 868, por Vimara Peres (Barroca, 2004, p. 182).

O que se passou em Coria com a chegada de Muhāġir — filho de Sulaymān ibn Martin, filho de um antigo aliado e ele mesmo seguidor de Maḥmūd — poderia ocorrer em outras cidades de fronteira do *al-Andalus*, cidades muitas delas ansiosas pela chegada de um líder em que confiassem, capaz de dialogar e compreender diferentes etnias e grupos étnico-religiosos, que os mantivesse afastados das pressões emirais e evitando, ao mesmo tempo, a submissão aos asturianos. Uma quadratura do círculo difícil de desenhar e de manter por muito tempo...

O século IX foi um século especial no contexto hispânico e *andalusi*. As revoltas foram constantes nos territórios do *al-Andalus*; a sua origem nem sempre é clara mas, seja em Mérida, em Toledo, na própria Córdova, no vale do Ebro ou, mais tarde, nas montanhas de Ronda, o adversário é sempre o mesmo: o emir omíada e, sem se dizer de forma clara, a sua pressão a nível fiscal. A crer nos testemunhos das fontes de época islâmica, alguns rebeldes no século IX denotam grande capacidade de movimento e de resistência, capacidade de liderança que lhes trouxeram apoios amplos, mas nem sempre claros, deixando uma memória e um prestígio que foi lembrado e amplificado em áreas geográficas vastas.

O Ġarb parece ser um bom exemplo de como uma zona marginal pode ser vantajosa para manifestações de rebeldia, com sucesso; uma rebeldia que atribuiu um papel activo e determinante às mulheres. Porém, não se pode falar de um território uniforme: o poder central tem dificuldades evidentes em controlar certas áreas, mas também dispõe de apoios em centros urbanos que controla, como Beja e Lisboa; só que o controle emiral é ineficaz militarmente. Esta revolta colocou a nu as fragilidades do sistema militar montado no ocidente do *al-Andalus* pelos omíadas — se é que o havia —, nas primeiras décadas do século IX e demonstra como certos rebeldes arrojados, determinados e com apoio de largas franjas da população, são mais eficazes que as forças fiéis ao poder central, forças essas mal enraizadas no território e com preparação deficiente.

O percurso de Maḥmūd parece denotar uma certa hesitação. Inicialmente aposta em avançar para sul, no que parece ser um movimento que o aproxima das costas do sul, ideais para um avanço em direcção, eventualmente, ao norte de África; aqui está implantada a dinastia idríssida mas, mais a sul, sensivelmente entre Salé e Safi, há berberes, ou *amazigh*, que já tinham rejeitado no século VIII a obediência aos omíadas de Damasco — trata-se da dinastia Barghawata, dominada pela confederação *masmūda*, como Maḥmūd

e que criaram um Estado e uma religião próprios (Talbi, 1973, pp. 217-233). Seria este o seu objectivo primeiro? Não se sabe; sabe-se, sim, que quando está na região de Monchique inflecte, a partir de um determinado momento, para norte. Mas antes, enquanto permaneceu na zona de Monchique — Alferce, incomodou os omíadas durante alguns anos; Maḥmūd e os seus homens controlaram aparentemente sem muitas dificuldades essas zonas altas que vigiavam as costas do sul, mas de onde também se poderia controlar o acesso à ribeira de Aljezur e os acessos à costa ocidental. O território hoje conhecido como Barlavento algarvio é, nesta fase, controlado por estes rebeldes; Silves é totalmente ignorada neste texto e, se já existe, não tem ainda a força que se lhe reconhecerá mais tarde.

Maḥmūd, passando por uma Lisboa irrelevante sob o ponto de vista da capacidade militar e de um vale do Mondego que, estranhamente, é ignorado nos textos em árabe, estabelece-se numa zona de fronteira, torna-se conselheiro e até construtor de edificações militares; através dele o prestígio das formas, dos conceitos e das técnicas provenientes de um sul peninsular atento às novas soluções da poliarcética de origem mediterrânea são recebidos em territórios próximos do vale do Douro.

Por último, se se observar com atenção o percurso de Maḥmūd, iniciado em Mérida, e se se terminar com a opção do seu seguidor Muhāġir ibn Sulaymān ibn Martin em se estabelecer na cidade de Coria, há algo que se destaca, há uma certa coerência interna. O percurso deste rebelde do Ġarb não chega a fechar um círculo, não termina em Mérida, mas a norte desta cidade; porém, observando com atenção, todo o território percorrido corresponde à antiga Lusitânia. Maḥmūd ultrapassou, seguramente, algumas vezes a linha do Douro, entrando na antiga *Gallaecia*, mas o texto transmitido por Ibn Ḥayyān parece fazer coincidir estas memórias de um Ġarb rebelde com as terras da antiga Lusitânia, de uma Lusitânia que tinha pactuado com ‘Abd al-Azīz alguns anos depois de 711, mas cuja memória e cuja consciência de si mesma não teria terminado abruptamente com a derrota de Rodrigo e com a afirmação de um novo poder que, na esteira da prática do Profeta Muḥammad, abre sempre a porta para a negociação e mantém activas estruturas anteriores desde que pactuem com o novo poder — como os omíadas fizeram na Síria.

Esta não foi a única revolta importante no ocidente hispânico no século IX; poucas décadas depois, a de ‘Abd al-Raḥmān ibn Marwān ibn Yūnus al-Ġillīqī terá um impacto enorme; esta, porém, a que aqui se estuda foi liderada por um homem destemido que federava descontentes de diferentes origens e envolvia as mulheres nas suas acções, estendendo-se, como nenhuma outra, por um território imenso: das montanhas próximas à costa sul até aos vales cavados do Douro.

Fontes e Bibliografia citadas

Fontes

Ibn Ḥayyān (2001) – Crónica de los emires Alhakam 1 y ‘Abdarrabman II entre los años 796 y 847 [Al-Muqtabis II-1], (Ed.

Mahmūd Alī MAKKI e Federico CORRIENTE), Zaragoza: Instituto de Estudios Islámicos y de Oriente Próximo, 2001.

Edição em Árabe: Al-sifr al-th·an·i min Kit·ab al-Muqtabas li-Ibn Ḥayy·an al-Qur,tub·i, (Makki, Ma,hm·ud ‘Ali, ed.), Riyadh, Markaz.

al-Malik Faysal li-l-Buhut wa-l-Dirasat al-Islamiyya, 1424 H., [2003].

P.M.H. = Portugaliae Monumenta Historica, Diplomata et Chartae (1868 - 1873). Alexandre Herculano e Mendes Leal, eds.

Bibliografia

ADAMS, Susan M.; BOSCH, Elena; BALARESQUE, Patricia L.; BALLEREAU, Stéphane J.; LEE, Andrew C.; ARROYO, Eduardo; LÓPEZ-PARRA, Ana M.; ALER, Mercedes; GRIFO, Marina S. Gisbert; BRION, Maria; CARRACEDO, Angel; LAVINHA, João; MARTÍNEZ-JARRETA, Begoña; QUINTANA-MURCI, Lluís; PICORNELL, Antònia; RAMON, Misericordia; SKORECKI, Karl; BEHAR, Doron M.; CALAFELL, Francesc; JOBLING, Mark A. (2008) – The Genetic Legacy of Religious Diversity and Intolerance: Paternal Lineages of Christians, Jews, and Muslims in the Iberian Peninsula. *AJHG – American Journal of Human Genetics*, 83-86, pp. 725-736.

[http://www.cell.com/AJHG/fulltext/S0002-9297\(08\)00592-2](http://www.cell.com/AJHG/fulltext/S0002-9297(08)00592-2)

DOI:<https://doi.org/10.1016/j.ajhg.2008.11.007>

BARCELÓ, Miquel; TOUBERT, Pierre, eds. (1998) – *L’Incastellamento. Actes des recontres de Gérone (26-27 Novembre 1992) et de Rome (5-7 Mai 1994)*, Roma.

BARROCA, Mário Jorge (1994) – *Do Castelo da Reconquista ao Castelo Românico (Séc. IX a XII)*, Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar.

BARROCA, Mário Jorge (2004) – Fortificações e Povoamento no Norte de Portugal (Séc. IX a XI). *Portugália*, Nova Série, 25, Porto, pp. 181-203.

BARROCA, Mário Jorge (2016) – Muçulmanos e cristãos no Douro português (séc. VIII-XI), Vindos de longe: estrangeiros no Douro. In *Atas das 4as Conferências do Museu de Lamego*, Porto, CITCEM, pp. 33-48.

BORGES, Artur Goulart de Mello (1985) – As ‘kubbas’ alentejanas – Monumentos de origem ou influência muçulmana no Distrito de Évora. In *Congresso sobre o Alentejo*. I, Évora, pp. 198-203.

CAETANO, José A. Palma (1994) – *Vidigueira e o seu Concelho: ensaio monográfico*. Vidigueira: Câmara Municipal da Vidigueira.

CODERA, Francisco (1917) – Los Benimeruán en Mérida y Badajoz. *Estudios críticos de Historia árabe Española*. Segunda serie, Madrid.

CORRIENTE, Federico (1977) – *Diccionario Árabe-Español*. Madrid: Instituto Hispano-Árabe de Cultura.

DOZY, Reinhart (1967) – *Supplément aux Dictionnaires Arabes*, I, Leiden; Paris.

FERREIRA, Manuel dos Santos da Cerveira Pinto (2004) – *O Douro no Garb Al-Ándalus: a Região de Lamego durante a presença árabe*. Tese de Mestrado. Vila Real: Universidade do Minho. Disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/3001>.

GRANGÉ, Mathieu (2005) – *Matériaux et problématiques archéologiques pour une histoire de la «transition» entre Antiquité Tardive et Haut Moyen Âge - Données préliminaires sur la dynamique des réseaux d’habitats dans les concelhos actuels de Monchique (Algarve) et Odemira (Alentejo), Portugal, V-XII siècles*, (Mémoire de DEA). Paris: Sorbonne.

KAZIMIRSKI, A. de Biberstein (1860) – *Dictionnaire Arabe-Français contenant toutes les racines de la langue arabe, leurs dérivés, (...)*. Paris: Maisonneuve.

LÉVI-PROVENÇAL, Evariste (1950-1967) – *Histoire de l’Espagne musulmane*. 3 vol. Paris: Maisonneuve & Larose.

LIVERMORE, Harold V. (1982) – O Baixo Douro no século IX. A colónia de Mahmud ibn ‘Abd al-Djabbar. *Actas do Congresso Histórico de Guimarães e sua colegiada*, V. Guimarães, pp. 145-152.

LOPES, David (1910-1911) – Os Árabes nas obras de Alexandre Herculano. Notas marginais de língua e história portuguesa. *Boletim da Segunda Classe da Academia das Ciências de Lisboa*, n.º 3. Lisboa: Academia das Ciências.

MANZANO MORENO, Eduardo (2006) – *Conquistadores, emires y califas: Los omeyas y la formación de al-Andalus*. Barcelona: ed. Crítica.

MARAZZI, Federico (1995) – El «incastellamento» veinte años después: Observaciones de la generación post-toubertiana. *Studia Historica. Historia Medieval*, n. 13, Salamanca: Universidad de Salamanca, pp. 187-198.

MARÍN NIÑO, Manuela (1997) – La transmisión del saber a través del Mu’yam de al-Sadafi. *Cuadernos del CEMYR (Centro de Estudios Medievales y Renacentistas)*. La Laguna, pp. 51-72.

MARÍN, Manuela (2000) – *Mujeres en al-Andalus*. Madrid: C.S.I.C.

MARQUES, António H. de Oliveira (1993) – O Portugal islâmico. In *Portugal das invasões germânicas à «reconquista»*, *Nova História de Portugal*, II, Lisboa: Ed. Presença.

MARQUES, António H. de Oliveira (1977) – *História de Portugal*. I. Lisboa: Palas Ed.

- PEREIRA, Luísa; RIBEIRO, Filipa M. (2009) – *O património genético português – A história humana preservada nos genes*. Lisboa: Gradiva.
- PICARD, Christophe (1983) – Les mozarabes dans l'Occident ibérique (VIII^e-XII^e siècles). *Revue des Études Islamiques*. 51. Paris: P. Geuthner.
- PICARD, Christophe (1997) – *L'océan Atlantique musulman: De la conquête arabe à l'époque almohade: navigation et mise en valeur des côtes d'al-Andalus et du Maghreb occidental (Portugal-Espagne-Maroc)*. Paris: Maisonneuve & Larose.
- PICARD, Christophe (2000) – *Le Portugal musulman (VIII^e-XIII^e siècle)*. Paris: Maisonneuve & Larose.
- RAMÍREZ DEL RÍO, José (2002) – *La orientalización de al-Andalus: los días de los árabes en la Península Ibérica*. Sevilla: Universidad de Sevilla.
- REGO, Miguel (1994) – Investigações arqueológicas no Castelo de Noudar. In *Arqueologia en el entorno del. Bajo Guadiana*. Huelva: Universidad de Huelva, pp. 37-53.
- REGO, Miguel (2004) – A ocupação islâmica de Noudar. *Arqueologia Medieval*. Porto. 8, pp. 69-82.
- SERRA, Pedro Cunha (1967) – *Contribuição topo-antroponímica para o estudo do povoamento do Noroeste Peninsular*. Lisboa: Centro de Estudos Filológicos, pp. 46-49.
- STOTHMANN, R.; DJEBLI, Moktar (2000) – Takiyya. In *Encyclopedia of Islam*. Leiden; New York: Brill.
- SOLER DEL CAMPO, Álvaro (1990) – El armamento en época omeya. In *Madrid del siglo IX al XI*. Madrid: Real Academia de Bellas Artes de San Fernando, pp. 171-187.
- TALBI, Mohamed (1973) – Hérésie, acculturation et nationalisme des berbères Bargawata. In *Actes du premier congrès d'études des cultures méditerranéennes d'influence arabo-berbère*. Argel, pp. 217-233.
- TERÉS, Elías (1990) – Antroponimia hispanoárabe (reflejada por las fuentes latino-romances) - I parte. *Anaquel de Estudios Árabes*, 1, Madrid: Ed. Complutense, pp. 129-186.
- TERRÓN ALBARRÁN, Manuel (1991) – *Extremadura musulmana: Badajoz 913-1248*. Badajoz.
- VASCONCELOS, José Leite (1938) – Cale e Portucale, *Opúsculos* Vol. V – *Etnologia*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- VELHO, Martim (1981) – Ibn Marwan (Ibn al-Jillīq) e Sa'dun Surunbaqi: a localização de Monsalude, *Proceedings of the ninth congress of the Union européenne des arabisants et islamisants*, Leiden: Brill, pp. 270-287.
- VIGUERA MOLINS, María Jesús (2001) – Reflejos cronísticos de mujeres andalusíes y magreríes. *Anaquel de Estudios Árabes*. 12, Madrid, pp. 829-841.
- VIGUERA MOLINS, María Jesús (2000) – Extremadura y al-Andalus. In *Actas de la I Jornada de Historia de Llerena*. Llerena, pp. 19-44.